

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano IV - Nº 708 - Brasília, quarta-feira, 10 de junho de 1998



No plenário, o senador Lúcio Alcântara faz um duro diagnóstico dos efeitos do jogo de azar: não gera empregos, não estimula a atividade econômica e traz mais delinquência

IMUNIDADE ACM marca votação da proposta em 2º turno

O substitutivo do senador José Fogaça a nove propostas de emenda constitucional sobre a imunidade parlamentar deverá ser votado na quinta-feira, 18, afirmou o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães. **Página 4**



Fogaça: substitutivo

SECA Suplicy vê ritmo lento nas ações do governo

O senador Eduardo Suplicy afirmou que os programas de ação emergencial contra a seca no Nordeste estão sendo implementados em ritmo lento. Ele denunciou também uso político das verbas públicas. **Página 4**



Suplicy vê uso político

Senadores debatem legalização de jogos

Alcântara, Tuma e Lauro condenam a atividade, cuja proibição Melo considera uma hipocrisia, já que a CEF explora as loterias

O senador Lúcio Alcântara apresentou estudos sobre danos sociais provocados pela legalização de jogos de azar no estado do Novo México, nos EUA, ao condenar a proposta relativa à matéria em tramitação no Senado. Em Albuquerque, capital daquele estado, segundo o senador, houve

um aumento de 19.5% no número de crimes graves, de 1995 a 1996, coincidindo com o incremento do jogo. A atividade foi também condenada pelos senadores Romeu Tuma e Lauro Campos. O senador Geraldo Melo considera uma hipocrisia manter o jogo proibido. **Pág. 3**

Tuma defende luta integrada contra drogas

O efetivo combate ao tráfico de drogas passa por uma luta integrada de países produtores e consumidores, bem como daqueles por onde elas transitam. O ponto de vista foi defendido pelo senador Romeu Tuma, ao aplaudir a criação da Secretaria Nacional Antidrogas. **Página 3**



Tuma aplaude secretaria antidrogas



Agaciél agradeceu o título, concedido de forma unânime, e disse que vai continuar trabalhando pelo DF

Agaciél da Silva Maia é o mais novo brasileiro honorário. Para ele, a Câmara Legislativa quis homenagear o Senado como instituição

Diretor-geral recebe título de cidadão do DF

Após receber o título de cidadão honorário do Distrito Federal, em sessão realizada ontem de manhã, na Câmara Legislativa, o diretor-geral do Senado, Agaciél da Silva Maia, creditou a homenagem ao trabalho feito pelos funcionários e diretores da Casa. Ele acrescentou que, apesar de

estar recebendo o título individualmente, o diploma deve ser atribuído à instituição como um todo.

— O Senado, nos últimos anos, tem buscado de forma significativa melhorar sua comunicação com a sociedade. Foram criados o *Jornal do Senado*, a TV Senado, a Rádio Senado, e o serviço "Voz do Cidadão", valorizando a cidadania e proporcionando condições para que a sociedade pudesse participar e também contribuir para o crescimento do Legislativo — comentou Agaciél.

Nascido no Rio Grande do Norte e residindo em Brasília há 22 anos, Agaciél ocupa cargos de diretoria no Senado há 12 anos, sendo nove na Secretaria Especial de Editoração e Publicações

e três na Diretoria Geral. Ele agradeceu o título, conferido de forma unânime pela Câmara, e manifestou seu desejo de continuar trabalhando em favor do Distrito Federal.

Autor da iniciativa da homenagem, o deputado distrital Benício Tavares disse que a Câmara Legislativa tem procurado seguir caminho paralelo ao do Senado, abrindo as portas às escolas e ao povo de Brasília. "Estamos seguindo o caminho mais acertado para a consolidação do papel do Legislativo na democracia nacional", opinou.

Estiveram presentes à solenidade o senador José Agripino (PFL-RN), familiares e amigos de Agaciél e servidores e diretores do Senado.

Amin pede apoio à educação e elogia bolsa-escola no DF

A iniciativa do governo do Distrito Federal de implantar o Programa Bolsa-Escola, garantindo um salário mínimo ao pai ou mãe de baixa renda que mantém um filho na escola, foi elogiada pelo senador Esperidião Amin (PPB-SC). "O programa combate a evasão escolar causada pela urgência, para essas famílias, da contribuição de seus membros mais jovens à renda familiar", explicou.

Amin acredita que o melhor que um país como o Brasil pode fazer em favor dos mais pobres é disponibilizar uma escola de qualidade para os filhos dos trabalhadores. Para ele, desse modo, no espaço de uma geração, o ganho de escolaridade propiciará um aumento significativo na renda daquelas famílias e, por extensão, na economia nacional. "Porque a educação, muito mais que qualquer tecnologia de produção ou técnica administrativa, potencializa a produtividade do trabalhador. Cidadão mais instruído produz mais; como resultado, é melhor remunerado e, finalmente, consome mais", analisou.

A partir de dados retirados da tabela do *Livro do Ano da Enciclopédia Britannica* de 1995, Esperidião Amin demonstrou a correlação existente entre a escolaridade de um povo e o desenvolvimento da nação, principalmente no que diz respeito ao percentual de cidadãos portadores de diploma de nível superior: Canadá, 37%; Estados Unidos, 32%; Japão, 31%; Equador, 13%; Argentina, 12%; Bolívia, 10%; México, 8%; e Brasil, 5%.

— Por aí se vê que, nos países mais avançados, cerca de um em cada três cidadãos fez estu-



Amin: socorro às famílias

dos pós-secundários; nos países em desenvolvimento semelhantes ao Brasil, ou ainda menos desenvolvidos, essa proporção é de um em cada dez cidadãos. Em nosso país, vergonha das vergonhas, um em cada vinte cidadãos, metade da fração conseguida por seus vizinhos que nem possuem uma migalha da riqueza potencial do Brasil, em recursos naturais e em pujança econômica — afirmou.

BOAS NOTÍCIAS

Amin disse que dados do Ministério da Educação apontam para um aumento do número relativo dos que concluem os níveis fundamental e secundário, acompanhado por uma queda no número de estudantes de graduação em relação à população. Uma das barreiras mais difíceis para o estudante pobre que deseja ingressar numa faculdade, apontou Amin, é o fato de a maioria dessas instituições serem privadas, agravada pela circunstância de as vagas das universidades públicas serem preenchidas pelos estudantes do ensino médio privado, mais preparados para o vestibular.

Agenda

PLENÁRIO

9h - Sessão não deliberativa

PREVISÃO DE TRABALHOS

PLENÁRIO

Quinta-feira (11.6.98)
Corpus Christi

Sexta-feira (12.6.98)
9h - Sessão não deliberativa

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júnia Marise

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Flaviano Melo

4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Secretário: Emília Fernandes

Lúcio Coelho - Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciél da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

Editor-Chefe - Djalba Lima

Editores - Marcos Magalhães, Mariuza Vaz, Sylvio Gue-

des, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa

Diagramação - Sérgio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e

Osmar Miranda

Revisão - Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e

Miqueas Dantas de Moraes

Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento,

Roosevelt Pinheiro e Jane Araújo

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - Telefone: 0800-612211 e Fax: 311-3137 - Brasília - DF

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

www.senado.gov.br

E-mail: jornal@senado.gov.br



Tuma quer que a sociedade reaja contra as drogas

Tuma aplaude decisão de criar Secretaria Nacional Antidrogas

"Não podemos ficar a reboque do crime", disse ontem o senador Romeu Tuma (PFL-SP) ao aplaudir a iniciativa do governo de criar uma Secretaria Nacional Antidrogas. "Estou convicto de que um efetivo combate ao tráfico de drogas passa por uma luta integrada de países produtores, consumidores e de trânsito, aliada ao combate a delitos conexos como o crime organizado e a lavagem de dinheiro."

Tuma regressou recentemente de Nova York, onde acompanhou o presidente Fernando Henrique Cardoso na Sessão Especial das Nações Unidas sobre o Problema Mundial das Drogas. "O que se verificou durante a reunião foi a consciência da gravidade da ameaça que as drogas representam às sociedades contemporâneas. Ficou patente que o problema é de natureza transnacional, exigindo uma cooperação ativa e genuína entre todos os países afetados", acrescentou.

Para o senador, o Brasil está no caminho certo quando aprova uma legislação mais rígida para combater a lavagem de dinheiro. "O Banco Central está negociando acordos com paraísos fiscais para permitir uma certa fiscalização sobre os bancos brasileiros nele estabelecidos. A circulação livre de dinheiro sujo, que volta depois como investimento limpo, representa combustível direto para o tráfico de drogas e o crime organizado", afirmou.

Romeu Tuma enfatizou que o consumo de drogas no Bra-

sil está diretamente ligado ao aumento da violência e de crimes em que o autor procura atingir a vítima de maneira vil. "Se a sociedade não reagir como um todo, cada um achando que a tragédia sobre a casa do vizinho não lhe diz respeito, brevemente poderá ver a desgraça batendo à sua porta. O acesso fácil à droga traz o problema para bem perto de todos nós. Não basta reprimir o tráfico, é preciso adotar medidas de prevenção e de tratamento dos dependentes", garantiu.

Ao ler parte do pronunciamento de Fernando Henrique na ONU, Tuma lembrou a participação efetiva do Congresso Nacional na política brasileira de combate às drogas. "As novas legislações sobre lavagem de dinheiro, controle de precursores químicos, 'tiro de destruição' para proteção de nosso espaço aéreo, mais rigor no registro e porte de armas representam parte importante da política governamental, ao lado de financiamento adicional para o equipamento da polícia, vigilância aérea da Amazônia e programas educativos."

Em aparte, os senadores Eduardo Suplicy (PT-SP) e Lúcio Alcântara (PSDB-CE) apoiaram a preocupação de Tuma com as drogas no país. "Direcionar verbas do governo para programas de recuperação de dependentes e campanhas educativas de prevenção representam formas tão efetivas de combater as drogas quanto as ações diretas de repressão ao tráfico", observou Alcântara.

Segundo senador, jogos de azar aumentarão a criminalidade sem trazer nenhuma contribuição na geração de emprego ou renda

Lúcio Alcântara condena legalização dos cassinos

"Que proveito poderá advir da legalização dos cassinos?", questionou ontem o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), ao sustentar que jogos de azar não são instrumentos de desenvolvimento em lugar nenhum do mundo. Ele apresentou estatísticas sobre os danos sociais decorrentes dessa atividade para condenar o projeto de lei que pretende legalizá-la.

Com dados sobre o efeito dos cassinos no Novo México, estado norte-americano onde as tribos indígenas e o governo autorizaram a instalação de jogos de azar, o senador sustentou que os números contradizem a noção de que o jogo traz riqueza. Ele informou que no Novo México a legalização dos cassinos não produziu empregos.

Conforme Lúcio Alcântara, a taxa de desemprego no Novo México pulou dos 6% em 1994, antes da legalização, para 6,5% em 1995, quando os cassinos foram abertos, e para 7% em 1996, ano em que funcionaram a todo vapor. Ele disse que a miséria também não foi reduzida, pois a porcenta-

Nos EUA, cassinos trouxeram crimes e miséria, disse Alcântara



gem de pessoas vivendo abaixo do nível de pobreza, de acordo com os padrões definidos pelo governo norte-americano, pulou de 21,1% em 1994 para 25,3% em 1995.

"Ou seja, houve um incremento de cerca de 20% na pobreza, tudo isso em apenas um ano", afirmou o parlamentar, acrescentando que os restaurantes do Novo México também não viram crescer seu faturamento. Observando que a criminalidade é uma questão social sempre associada ao jogo, Alcântara informou que o número de crimes graves cometidos em Albuquerque, capital do Novo México, pu-

lou de 40.390, em 1995, para 48.246 em 1996 - um aumento de 19,5%.

Segundo o senador, enquanto esses indicadores econômicos e sociais se agravavam, os lucros dos cassinos cresceram solidamente de US\$ 300 milhões em 1995 para US\$ 450 milhões em 1996 - uma elevação de 50%. Lúcio Alcântara também sustentou que o propalado papel que os cassinos teriam no aumento da arrecadação de impostos, melhorando as contas públicas, "é categoricamente desmentido pelas estatísticas americanas".

Geraldo Melo afirma que proibir jogo é hipocrisia

Ao apartear o discurso em que o senador Lúcio Alcântara combateu a legalização dos cassinos, o senador Geraldo Melo (PSDB-RN) se disse perturbado com o fato de que o jogo de azar já está legalizado no Brasil e submetido ao oligopólio do Estado.

"Ao lado do governo, estão nesse oligopólio algumas concessionárias do governo, como redes de televisão, realizando jogos de azar puro e simples", disse Geraldo Melo. Em sua opinião, quando é o governo quem pratica o jogo de azar, ninguém se insurge contra a ideia no Brasil.

Ele considerou inexplicável

que só o governo possa explorar esses jogos, e definiu como hipocrisia proibir-se o jogo quando a Caixa Econômica Federal realiza sorteios com tanta frequência. Geraldo Melo observou que a lei deve existir para reconhecer o que a sociedade já aceita. "O Estado não deve regulamentar contra a vontade da sociedade", ponderou.

Também em aparte, o senador Romeu Tuma (PFL-SP) definiu o jogador compulsivo como um doente necessitado de tratamento. Ele disse que a liberação de qualquer contra-venção conduz a outros ilícitos. Como exemplo, citou o

jogo do bicho, afirmando que "quem se corrompe com o jogo do bicho não hesita em se corromper com outras coisas".

Já Lauro Campos (PT-DF) apartearo Lúcio Alcântara para dizer que, em 1992, ajuizou uma representação na Justiça para acabar com as loterias realizadas pela televisão. Agora, ele soube que um tribunal de São Paulo iria proclamar uma sentença contra os sorteios feitos pelo Grupo Sílvio Santos. Lauro Campos considera aceitáveis apenas os sorteios realizados pela CEF. "Dos males, o menor", afirmou.

O substitutivo do senador José Fogaça que modifica as regras para abertura de processo contra parlamentares, já aprovado em primeiro turno, será um dos principais itens da pauta do Senado na próxima semana

Emenda da imunidade terá nova votação no dia 18

O plenário do Senado votará na próxima semana, em segundo e último turno, a proposta de emenda constitucional que limita a imunidade parlamentar. A proposta será discutida pelos senadores a partir de terça-feira, devendo ser votada na sessão de quinta-feira, dia 18, conforme manifestou em ple-

nário o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães. Se aprovado, o projeto será enviado à análise dos deputados.

A emenda tornará mais fácil ao Supremo Tribunal Federal (STF) analisar acusações contra deputado ou senador. De acordo com a proposta, se em 120 dias a Câmara ou o Se-

nado não se manifestar sobre um pedido para examinar as denúncias, o Supremo ficará autorizado a verificá-las. Atualmente, só pode ser iniciado um processo que envolva parlamentar se houver autorização do plenário.

No dia 4, os senadores aprovaram por unanimidade o subs-

tutivo do senador José Fogaça (PMDB-RS) a nove propostas de senadores que tratavam do mesmo assunto. Pelo texto, os parlamentares continuarão com imunidade por suas opiniões, palavras e votos, mas ficam excluídos os atos praticados antes de assumirem mandato.

O plenário do Senado apre-

ciará na próxima semana outras 24 matérias, entre elas uma proposta de emenda constitucional que muda a lei de inelegibilidades, para permitir que parentes em primeiro e segundo graus de governadores, prefeitos e presidente da República possam ser candidatos na mesma jurisdição.

Lauro diz que o país já está no caos com FHC

O senador Lauro Campos (PT-DF) disse ontem que erram os que prevêem o caos se Luiz Inácio Lula da Silva for eleito presidente da República e tentam, com isso, esconder a própria contribuição para as dificuldades que o país enfrenta. "Nós estamos no caos", afirmou o senador, acrescentando que Lula não pode ser responsabilizado por isso.

Segundo Lauro Campos, o governo de Fernando Henrique Cardoso já sabia da situação há um ano e é o responsável pelo agravamento do caos, com a implantação da política do desemprego, desmontagem da máquina pública e desmoralização das universidades. "Fernando Henrique disse em entrevista: 'Quem pode ser a favor do desemprego?'. Mas seu go-



Lauro critica o atual governo demitiu 107 mil funcionários", lembrou.

Lauro afirmou que, para o presidente da República, não importa a seca ou que os pobres morram de fome, desde que os bancos não quebrem. "O resto pode quebrar, os micro e pequenos empresários podem quebrar, os consumidores estão com 52% de inadimplência, metade dos que compraram não estão pagando. Portanto, não venham socializar a culpa pelo caos que já está aí", alertou.

Suplicy questiona política de combate à seca no Nordeste

"Embora não possamos prever a periodicidade da seca, é certo que haverá novas secas depois da atual", advertiu o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) ao relatar em plenário os resultados do seminário "O Nordeste além da seca", organizado pela Central Única dos Trabalhadores. Ele criticou o governo federal por não ter tomado medidas antes de o problema atingir proporções calamitosas.

"Os programas de ação emergencial, que poderiam ter sido lançados há pelo menos seis meses, estão sendo implementados em ritmo lento", observou.

Suplicy criticou também o uso político das verbas públicas nas regiões de seca, considerando o desvio de recursos reflexo do esquema de dominação e de exclusão social. "Ele pode ser trazido tanto pela simples permuta

de votos por cestas básicas como na troca de apoio político pela liberação de verbas para obras que muitas vezes não são essenciais", disse. Em aparte, o senador Lauro Campos (PT-DF) concordou: "Quando os rios não fluem no Nordeste, o dinheiro começa a correr para os ricos e não na direção correta dos mais necessitados".



Suplicy lamenta medidas tardias

Senador pede aos jogadores a mesma garra da oposição

Os jogadores da seleção brasileira que iniciam a luta pelo penta receberam ontem o incentivo do senador Eduardo Suplicy. Ele enviou mensagem à delegação brasileira transmitindo força e energia e ressaltando o desejo de que apresente seu "futebol maravilhoso". Aproveitou

para pedir garra aos jogadores, dando como exemplo a oposição, que ele lidera no Senado. "Que joguem com a mesma garra com que nós, da oposição, nos empenhamos para que o Brasil deixe de ser o campeão mundial da desigualdade socioeconômica", concluiu.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

7h - Entrevista com a presidente da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (Andes), sobre a greve das universidades federais

8h - Debate com Alfredo Rizkallah, presidente da Bovespa, sobre a crise asiática e o fluxo de capitais no mundo

9h - Sessão plenária não deliberativa (vivo)

Logo após: Seminário "Novas Tecnologias na Disseminação da Informação"

12h15 - Entrevista com a presidente da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (Andes), sobre a greve das universidades federais

13h30 - Debate com Alfredo Rizkallah, presidente da Bovespa, sobre a crise asiática e o fluxo de capitais no mundo

14h30 - Sessão plenária não deliberativa (reapresentação)

Logo após: Palestra com a escritora Sonia Hich sobre a alimentação saudável

18h45 - Entrevista com a presidente da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (Andes), sobre a greve das universidades federais

19h30 - Debate com Alfredo Rizkallah, presidente da Bovespa, sobre crise asiática e o fluxo de capitais no mundo

20h30 - Telejornal "Congresso Hoje"

20h40 - "Senado em Pauta"

21h - Sessão plenária (reapresentação)

0h30 - Telejornal "Congresso Hoje"

0h40 - "Senado em Pauta"

1h - Debate com o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) e Jaldo de Souza Santos, presidente do Conselho Federal de Farmácia, sobre a falsificação de medicamentos

2h - "Jornal da Amazônia"

2h15 - "Senado em Pauta"

2h30 - "Fala, Cidadão"

6h30 - Telejornal "Congresso Hoje"

6h40 - "Senado em Pauta"

Obs.: Durante a programação serão transmitidos flashes de reportagens, institucionais, especiais e o programa "Fala, Cidadão".

RÁDIO SENADO

7h30 - "Jornal do Senado" (1ª edição)

13h30 - "Jornal do Senado" (2ª edição)

14h15 - "Plenário em Revista"

14h30 - Sessão plenária

19h - "A Voz do Brasil"

22h30 - "Jornal do Senado" (3ª edição)

0h - Reapresentação da sessão plenária

3h - Música e informação até as 7h30